

Ano XXVI nº 6655 – 12 de setembro de 2022

Bancários garantem conquistas, mesmo com negociação difícil

A divulgação da inflação oficial, na manhã de sexta-feira 09/09, confirmou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 8,83% para os últimos 12 meses, exatamente a estimativa utilizada na reta final das negociações da Campanha Nacional 2022.

Esse dado confirma a relevância do acordo fechado pelo Comando Nacional dos Bancários com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que garantiu direitos e conquistas, como o reajuste diferenciado para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e os vales refeição (VR) e alimentação (VA), além de outros avanços fundamentais em temas como teletrabalho, prevenção ao assédio sexual e moral e segurança bancária.

A negociação do Comando com a Fenaban, encerrada em 31 de agosto, foi dura e extensa, com dois meses e meio de tratativas, mas resultou numa proposta favorável para a categoria bancária, para os anos 2022 e 2023. Para este ano, foram garantidos reajuste salarial de 8%, aumento no VA e VR de 10%, além de um adicional de R\$ 1.000,00 em VA, a ser pago até outubro de 2022, e reajuste da parcela adicional da PLR neste ano de 13% (com aumento real de 3,83%). Para 2023, haverá aumento real de 0,5% (INPC + 0,5%) para salários, PLR, VA/VR e demais cláusulas econômicas.

Outras conquistas também foram garantidas na negociação, como definição de regras para o teletrabalho, prevenção ao assédio sexual e moral e segurança bancária.

Bolsonaro corta 59% da verba do “Farmácia Popular”, para dar dinheiro a aliados

O presidente Jair Bolsonaro (PL) cortou 59% do orçamento do programa “Farmácia Popular” para 2023 para liberar mais dinheiro para deputados e senadores via Orçamento secreto.

O Orçamento secreto é um mecanismo criado pelo governo e parlamentares que permite a liberação de milhões de reais sem controle ou transparência, e é comandado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chefe do Centrão e um dos aliados mais fiéis do presidente. Com a decisão do presidente, brasileiros e brasileiras, em especial os mais pobres, podem ficar sem os remédios para asma, hipertensão e diabetes distribuídos de graça pelo “Farmácia Popular”, criado em 2003 no governo do ex-presidente Lula. O programa atende em todo o país mais de 21 milhões de pessoas.

Acabar com o Farmácia Popular é “um tiro no pé”, já havia dito em 2020, o presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), Nelson Mussolini, um dos inúmeros representantes do setor que criticou duramente a medida quando o governo Bolsonaro sinalizou cortar verbas pela primeira vez. “O programa é exitoso”, disse à época. E ainda reduz os custos na área da saúde, explicou também na mesma época, o presidente executivo da Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogaria (Abrafarma), Sérgio Mena.

A Conselheira nacional de saúde e representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), Debora Melecchi também criticou a decisão e disse que o fim do programa pode trazer despesa à população mais pobre, já atingida pela pandemia da Covid-19. “A saúde tem de ser vista como um investimento, não como um custo ao governo”.

Justiça anula contratos intermitentes e obriga patrões a pagarem verbas rescisórias

Os Tribunais de Justiça do Trabalho têm reconhecido o direito de quem foi contratado para o trabalho intermitente, mas tinha uma carga horária maior do que a permitida para esse tipo de contratação.

A Justiça entendeu que as empresas estavam fraudando esse tipo de contrato e determinou o pagamento integral das verbas rescisórias, como férias, 13º salário, aviso prévio e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros direitos.

O modelo de contrato de trabalho intermitente, a legalização do bico, segundo a direção da CUT, é um legado da reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB), em 2017.

O trabalhador intermitente é convocado a realizar a atividade profissional por um tempo determinado, de acordo com a conveniência do patrão, sem cumprir uma jornada fixa e, dependendo de quanto ganha e de quantas vezes for chamado, pode ganhar por mês menos de um salário mínimo (R\$ 1.212,00).

Para o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT Nacional, Valeir Ertle, o contrato intermitente é uma aberração que precisa acabar, num próximo governo a ser eleito em outubro.